

PF prende executivo da Engevix na 19ª fase da Lava Jato



A Polícia Federal (PF) deflagrou a 19ª fase da Operação Lava Jato em Florianópolis, São Paulo e Rio de Janeiro, na manhã desta segunda-feira (21). Serão cumpridos 11 mandados judiciais, sendo um de prisão temporária, um de preventiva, sete de busca e apreensão e dois de condução coercitiva, quando a pessoa é obrigada a prestar depoimento. A atual fase foi batizada de "Nessum Dorma". Em português, significa "ninguém dorme". Ao G1, a PF informou que o mandado de prisão preventiva é contra um dos donos da Engevix José Antunes Sobrinho. Ele é investigado por ter pago R\$ 140 milhões de propina da empresa para a Eletronuclear. Sobrinho foi preso em casa, em Florianópolis. O executivo já é réu da Lava Jato e responde pelos crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro na mesma ação que envolve o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. O ex-ministro responde pelos crimes de organização criminosa, corrupção passiva qualificada e lavagem de dinheiro. O G1 entrou em contato com a Engevix e aguarda um retorno. (Correção: ao ser publicada, esta reportagem errou ao informar que José Antunes Sobrinho é ex-executivo da Engevix. Na verdade, ele é um dos donos da empresa. O erro foi corrigido às 08h37). De acordo com a PF, os trabalhos desta etapa são considerados avanços das etapas anteriores. Um dos focos, relacionado à 15ª, investiga um denunciado e empreiteiras já investigadas na operação. "Apura-se que pessoas tenham intermediado pagamento de vantagens indevidas e agentes públicos e políticos no exterior, em decorrência de contratos celebrados na diretoria Internacional da Petrobras", afirma a PF. Ainda segundo as investigações, foi verificado que uma das empresas sediadas no Brasil recebeu cerca de R\$ 20 milhões, entre 2007 e 2013, de empreiteiras já investigadas na operação. O pagamento seria propina obtida a partir de contratos com a Petrobras. Em outro foco, de acordo com a PF, cumprem-se mandados relacionados à 16ª e 17ª a partir de elementos que apontam pagamentos de vantagens indevidas a agentes públicos já investigados. A prisão temporária tem prazo de cinco dias e pode ser prorrogada pelo mesmo período ou convertida em preventiva, que é quando o investigado fica preso à disposição da Justiça sem prazo pré-determinado. Os presos serão levados para a Superintendência da PF, em Curitiba.